

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 26 DE JUNHO A 3 DE JULHO DE 1982
Nº 190 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos
Tel.: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Tel.: 66-7273
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida

TRABALHADORES URBANOS

REFESA DISPENSA 600

A Rede Ferroviária Federal S/A autorizou nos últimos quatro meses a dispensa de mais de 600 trabalhadores, no Estado de São Paulo, entre funcionários da administração direta e contratados de empreiteiras que prestam serviços à empresa estatal. Essa denúncia é do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo. "Nas últimas semanas - disse o sindicalista - o sindicato tem homologado mais de 20 dispensas por dia e não podemos fazer nada contra isso." O mais grave, segundo afirmou, é que a maioria dos dispensados é constituída por antigos funcionários - com mais de 10 anos de serviços prestados à Rede e mais de 55 anos de idade - que muito dificilmente conseguirá novos empregos. (FSP - 29/6/82)

CIA DE TRANSPORTE QUIS LESAR EMPREGADOS

Depois de demitir 200 motoristas e cobradores dois meses antes do aumento de 19 de maio, mediante promessa não-cumprida de readmissão, a Viação Danúbio Azul, que liga a Capital paulista a 12 cidades no Interior do Estado, acabou concordando ontem em reajustar, com base no INPC de maio, o salário desses empregados, que continuam trabalhando sem registro na Carteira Profissional. O acordo, feito entre a empresa e o Sindicato da categoria, assegura ainda que não serão punidos os participantes da paralisação, ontem, na maioria das garagens, em protesto contra as irregularidades na empresa. Segundo os funcionários da Danúbio Azul, em fevereiro, a direção fez pressão para que aceitassem um acordo. Diante da perspectiva de desemprego, a maioria aceitou a proposta. Quem não concordou foi despedido. Além de ter atingido empregados com mais de dez anos de casa, o esquema de dispensa-recontratação não foi cumprido pela Danúbio Azul, e até hoje, a maioria dos motoristas e cobradores continua sem registro na Carteira, apesar de sofrer todos os descontos de lei. (ESP - 30/6/82)

MERCEDES-BENZ REDUZ JORNADA DE TRABALHO

Os empregados da fábrica de Campinas (SP) da Mercedes-Benz do Brasil aceitaram ontem a proposta patronal que prevê uma redução de 48 horas na jornada mensal de trabalho, sendo que a metade do horário reduzido não será remunerada. O total da redução salarial equivale a 10% da folha de pagamento e a empresa se comprometeu a não efetuar nenhuma demissão. A nova jornada de trabalho entrará em vigor a partir de 13 de julho, quando os funcionários voltarão das férias coletivas decretadas hoje. Além disso, a empresa se comprometeu também a indenizar os empregados que pedirem demissão até o próximo dia 30, no equivalente a 90 dias de aviso-prévio. A redução de jornada será válida para os meses de julho, agosto e setembro, podendo haver uma extensão até dezembro. (FSP - 29/6/82)

CUT FICOU PARA 1983

O adiamento para o próximo ano da decisão de fundar a Central Única de Trabalhadores (CUT), a ser criada em uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora convocada após as eleições de novembro foi a principal conclusão da reunião de dirigentes sindicais e ativistas que participaram do Encontro da Classe Trabalhadora do Estado do Rio de Janeiro (Enclat-RJ), realizado no fim de semana passado na sede do Sindicato dos Gráfi-

cos. Estiveram representados no Enclat um total de 55 sindicatos e associações de classe. Os participantes dividiram-se em seis comissões, que discutiram um tema único: "Pauta de Reivindicações, Conclat, CUT e Intersindical". (FSP - 29/6/82)

TRABALHADORES RURAIS

PARÁ: AUMENTA CONFLITOS DE TERRA

Os conflitos pela posse da terra no Pará, principalmente no Sul do Estado, cresceram nos últimos nove meses. São 20 novos conflitos envolvendo 1.007 famílias numa extensão de 458.875 hectares. Estes são os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que está elaborando um novo documento sobre os conflitos de terra no Brasil. Segundo a CPT, nesses conflitos o número de mortos chega a 12, "ou seja, uma média de dois posseiros mortos por mês". A Comissão não computou o número de jagunços mortos. No último levantamento feito pela própria CPT e divulgado em setembro do ano passado, o Pará contava com 151 conflitos de terra, ocupando o segundo lugar no País. De todos os municípios do Pará, Conceição do Araguaia, no Sul, detém o maior número de problemas pela posse da terra. A CPT diz que os lavradores, os posseiros, "estão cada dia mais desesperados. Expulsos continuamente de suas terras, sem ter para onde ir ou onde trabalhar, sem outro meio para sobreviver que não a terra, estão acucados. E a lei da necessidade está se impondo. Num movimento desordenado, desorganizado, apolítico, porém violento, eles começaram a reagir". A CPT lembra mais uma vez que "para resolver a situação, para evitar um confronto armado de grandes proporções, somente um caminho é possível: a realização de uma reforma agrária". (ESP - 27/6/82)

O GETAT E A VIOLÊNCIA

"O uso da Força Armada nas guerrilhas de Xambico foi substituído por uma ação militarizada nos conflitos da terra", alerta o deputado Freitas Diniz (PT-MA) em relatório. O trabalho tece considerações a respeito do Getat, órgão do Conselho de Segurança Nacional, acusando-o de participação nos "atos de violência repressiva" naquela área. O parlamentar está sendo processado pelo governo, com base na Lei de Segurança Nacional, por causa de pronunciamento feito da tribuna da Câmara, abordando o mesmo tema e fazendo o mesmo tipo de crítica. Segundo Diniz, "uma das principais finalidades da instituição do Getat, corroborada agora com a aplicação de sua área de ação, é criar externalidades positivas, através, principalmente, da "limpeza da área", desalojando posseiros e ocupantes, a fim de que se criem as condições necessárias e suficientes para o amadurecimento dos investimentos estrangeiros e dos grandes grupos nacionais na região". (FSP - 30/6/82)

SINDICATOS RURAIS CRITICAM MINISTÉRIO DO TRABALHO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag -, 14 federações e 30 sindicatos rurais criticaram, ontem, o estudo elaborado pela Secretaria de Mão-de-obra no Ministério do Trabalho e denominado "O trabalhador rural volante", afirmando que o governo "está retomando idéias antigas e já devidamente rebatidas, comprovadas como ineficazes e divorciadas da realidade, incapazes de resolver os problemas dos trabalhadores rurais volantes, também chamados de bóias-frias". Em nota divulgada pela Contag, afirmam que os bóias-frias "já têm sindicatos, que

~~são os sindicatos dos trabalhadores rurais~~, devidamente regulados pela legislação vigente, dispensando-se, dessa forma, qualquer iniciativa de nova organização divorciada da realidade e fora de propósito. Nesse sentido, cooperativas, novos sindicatos, locadoras de mão-de-obra ou outros quaisquer tipos similares, apontados pelo estudo do Ministério do Trabalho, são iniciativas que nada mais representam do que meros substitutos dos empreiteiros, ou gatos, hoje muito comuns no meio rural". (ESP - 27/6/82)

REDUZIDA FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO

O presidente do INCRA baixou uma portaria reduzindo a fração mínima de parcelamento das áreas rurais em 2.369 municípios de todo o País, sendo beneficiados principalmente aqueles localizados na região Centro-Sul. A medida pode proporcionar maior acesso à propriedade da terra. O limite fixado pelo INCRA para desmembramento de terras era, para os municípios envolvidos, entre 10 e 25 hectares. Agora, dependendo da região, será possível adquirir áreas de 2, 3 e 4 hectares. (ESP - 30/6/82)

COM MUITO ATRASO, AGRICULTORES RECEBEM INDENIZAÇÃO

As primeiras indenizações pagas às famílias de agricultores que tiveram suas terras desapropriadas para a criação do Parque Nacional de Iguçu, no Paraná, em 1973, começam a ser pagas somente agora. Das 236 famílias cadastradas pelo INCRA na época da desapropriação, 57 receberam, na sexta-feira, o pagamento pelas benfeitorias, no valor de Cr\$ 30 milhões. A ação para julgar as desapropriações deverá prosseguir e, segundo advogados dos agricultores, a demora pode ser atribuída às dificuldades normais da Justiça. Mas, para os diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu, município próximo ao parque, a demora prejudicou os agricultores desapropriados porque, além de não dispor de recursos para iniciar a sua atividade nas áreas para onde foram transferidos, muitos não possuíam escritura das terras e por isso não tiveram direito ao reassentamento. Segundo dados do sindicato, havia cerca de 450 famílias na área do parque e apenas 236 estão incluídas na ação do INCRA. (ESP - 29/6/82)

ÍNDIOS

PROJETO MEGALO-MANIACO

A contratação de quatro mil novos funcionários para a Funai é "um projeto megalomaniaco". A afirmação está contida na nota da Comissão Pró-Índio de São Paulo, distribuída ontem na capital federal. A Comissão alerta ainda para o problema de contratação dos índios, dizendo que esta deve ocorrer após "debate com as próprias comunidades na medida em que possam recrutar pessoas preparadas para desempenhar a função de professor, enfermeiro, administrador, etc., e não apenas índios como trabalhadores braçais, tal como a Funai pensa em fazer, o que também exige cuidadoso preparo e total apoio às decisões tomadas pelas comunidades". Lembra a nota que a Funai "está realmente desfalcada de pessoal qualificado para a proteção das comunidades indígenas, mas isso não se deve nem à falta de verbas para a contratação nem à falta de indigenistas no mercado de trabalho. "Desde que a Funai, há dois anos atrás demitiu cerca de 39 funcionários de larga experiência - continua a nota - vem encontrando dificuldades em recrutar pessoal qualificado. Tanto aquelas

demissões como estas dificuldades derivam da impossibilidade que se coloca para os indigenistas sérios deste País de obedecer às orientações arbitrárias e incompetentes que emanam do setor dirigido pelo coronel Zanoni. (FSP - 26/6/82)

DENUNCIADA 38 MORTES DO GRUPO MATI

O padre Paulo Suess, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), denunciou que 38 índios do grupo Mati morreram de gripe durante o mês de junho. O grupo indígena vive no município de Atalaia do Norte (AM) e mantém contatos intermitentes com os brancos desde 1974, quando a Funai abriu uma frente de atração. O padre acentuou ser o número de mortes muito elevado, pois o grupo é composto de 138 índios. Segundo o secretário-geral do Cimi, embora a Funai esteja atuando há quase dez anos na área, "não existe qualquer assistência aos índios", responsabilizando pela omissão o coronel Barros Lima, médico que dirigia a Divisão de Saúde do órgão tutor até segunda-feira última. Paulo Suess afirmou que a falta de assistência provocou as mortes e que o afastamento do coronel da Divisão de Saúde da Funai "representa um grande alívio para os indigenistas de todo País". Destacou ter o coronel sido "o principal responsável pelo desatendimento, em quase todo o território nacional, das questões de saúde indígena". (FSP - 30/6/82)

ATRAÇÃO DOS GUAJÁ QUE SOFREM ENVENENAMENTOS

O sertanista Sidney Possuelo, nomeado esta semana para assumir a Delegacia Regional da Funai, em São Luiz, vai reativar a frente de atração dos índios Guajá, os últimos ainda isolados no Estado do Maranhão. O sertanista, em 1975, conseguiu atrair alguns guajá, mas permaneceram isolados outros três grupos que agora estão ameaçados por doenças que estão contraindo de civilizados que vivem próximos às suas terras. Os Guajá são índios nômades, do grupo Tupi, e vivem na região do rio Turiaçu na pré-Amazônia maranhense. Logo depois do contato nove índios Guajá morreram vítimas de envenenamento. Pessoas interessadas nas terras desses índios, segundo apurou a Funai, na ocasião, misturaram arsênico no açúcar que foi oferecido aos indígenas. A frente de atração dos guajá foi desativada logo após o contato, mas será reativada pela Funai, que recentemente tomou conhecimento do relatório do antropólogo Mércio de Oliveira chamando atenção para o crescente número de índios que estão morrendo em consequência de doenças comuns ao branco, como gripe e pneumonia, entre outras. (ESP - 29/6/82)

MOVIMENTOS POPULARES

A COMUNIDADE E O PROBLEMA DO MENOR

"A solução do problema do menor abandonado, carente ou infrator não depende só do governo ou da Igreja como instituição, mas exige, antes de tudo, o envolvimento e a participação da sociedade inteira", afirmou ontem dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB, durante o encontro promovido pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo (da qual é coordenador), para debater o tema "O menor de rua". Cerca de cem pessoas, entre membros da Igreja e representantes de instituições que atendem a crianças e jovens, participaram do encontro. Essa nova ação social, de acordo com os integrantes da Pastoral, está sendo construída não com base nos padrões assistencialistas e paternalistas, mas

procurando envolver a comunidade no processo de educação e integração dessas crianças e jovens. "Os menores precisam ser ouvidos e eles só têm chance de falar e ser entendidos se participarem da vida da comunidade e esta de seu processo de educação. E é em cima disso - do conhecimento de suas propostas, de seus anseios - que temos de desenvolver a nossa ação social. Não podemos impor nada aos menores." "Para resolver a questão do menor abandonado, carente ou infrator, é preciso, em primeiro lugar, conscientizar a sociedade a respeito deste problema, que é crucial na cidade de São Paulo, onde existem 500 mil crianças e jovens nessa situação", afirmou dom Luciano Mendes de Almeida. "É necessário também convocar as comunidades católicas e evangélicas para gestos concretos de promoção do menor. E, sempre que possível, deve-se evitar soluções na base de internação, mas atender o menor através da própria comunidade." (FSP - 29/6/82)

IGREJA

PEDIDO DE HABEAS-CORPUS PARA PADRES FRANCESES

O advogado José Carlos Castro, entrará hoje na Justiça Militar, em Belém (PA), com pedido de habeas-corpus preventivo para os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, condenados pela Lei de Segurança Nacional na semana passada. O habeas-corpus será encaminhado, juntamente com um recurso ao Superior Tribunal Militar, para que os sacerdotes sejam julgados novamente, em segunda instância. Os argumentos em defesa dos missionários são: nulidades do processo, incompetência da Justiça Militar para julgar casos de conflito pela posse da terra e, conseqüentemente, desqualificação do processo para a Justiça Comum; coação de testemunhas e ainda mostrar que a emboscada não constituiu crime contra a segurança nacional, como argumentou a Promotoria Pública. (FSP - 30/6/82)

POSSEIROS CONDENADOS PEDEM TROCA DE ADVOGADO

Pelo menos dois dos 13 posseiros condenados no mesmo processo dos padres franceses já decidiram mudar de advogado. Essa informação foi dada ontem ao presidente da OAB, seção do Pará, por familiares desses posseiros, que denunciaram a existência de pressões de todo tipo contra os agricultores para que eles não tomem essa medida. Ainda segundo os denunciantes, desde o ano passado alguns posseiros vem tentando em vão mudar de advogado. Agora, Raimundo Resplandes Coelho e Raimundo Resplandes da Silva, condenados a oito de prisão, estão dispostos a reafirmar seu desejo "até a morte, não mais cedendo a qualquer tipo de pressão". O advogado dos posseiros é Djalma Farias, ex-agente federal. (ESP - 1/7/82)

SOBRE A EXPULSÃO DOS PADRES

Um assessor direto do presidente da República informou, ontem, que a expulsão dos padres franceses condenados pela Lei de Segurança Nacional não se dará antes das eleições. Os padres deverão ainda ser julgados pelo Superior Tribunal Militar e, se recorrerem de uma eventual manutenção da pena, apelando ao Supremo Tribunal Federal, a tramitação do processo chegará até o ano de 1983, acrescentou a fonte, esclarecendo que esses cálculos são resultado do conhecimento dos prazos judiciais obedecidos no País. "Mas a qualquer momento o presidente da República pode mudar de idéia", ressaltou o assessor, explicando que a lei permite a

expulsão em qualquer fase do processo ou após a condenação. Em seguida, citou as hipóteses prováveis de ocorrer: no caso de os padres serem declarados inocentes eles continuarão "incômodos" se permanecerem no País; e, se expulsos, poderão significar uma represália ao Judiciário, configurando-se uma situação bastante delicada. Se a condenação for mantida nas duas últimas instâncias, o "incômodo" persistirá se Camio e Gouriou ficarem em prisões brasileiras. O mais provável, então, segundo a fonte, seria a expulsão de ambos, que gozariam de liberdade em seu país de origem justificando um indulto aos posseiros acusados de praticar o crime por incitação dos dois religiosos. (ESP - 29/6/82)

GOVERNO ACUSA CNBB DE PRESSIONAR JUDICIÁRIO

O secretário de imprensa do Palácio do Planalto, Carlos Átila, disse ontem, que se a CNBB atribui a condenação dos padres franceses à interferência de setores radicais do regime e demonstra insatisfação com o resultado do julgamento, "ela é que está pressionando a Justiça com vistas ao segundo julgamento, porque ainda cabe apelação e o problema está na alçada do Judiciário". Acrescentou que, quando o presidente em exercício Aureliano Chaves decidiu enviar o caso à consideração da Justiça, a CNBB elogiou publicamente a atitude, e agora reclama porque os padres Gouriou e Camio foram condenados. "Será então que a Justiça só teria funcionado se os padres fossem absolvidos?" - indagou o assessor palaciano, frisando que o governo não vai pronunciar-se oficialmente sobre o assunto, porque ele está na esfera do Judiciário. "É de se supor, entretanto", acentuou Átila, falando em seu nome, "que a CNBB acate a decisão da Justiça". (ESP - 26/6/82)

O GOVERNO É QUE SERÁ JULGADO

"Isso tudo está sendo anotado pela Igreja e está sendo arquivado para que esse governo um dia também seja julgado", afirmou ontem o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, logo após reunião extraordinária com seus bispos-auxiliares e coordenadores de pastoral da Arquidiocese, convocados para ouvir do secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, um relato sobre o julgamento e a condenação dos missionários franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou. De acordo com o cardeal Arns, "ao mesmo tempo em que estão querendo julgar a pastoral da Igreja, ou a Igreja toda, eles estão sendo julgados pela história. Tudo isso está sendo anotado e irá para a história". Questionado sobre as declarações do porta-voz do Palácio do Planalto, de que a CNBB estaria fazendo pressões sobre a Justiça, dom Paulo destacou que "quem acompanhou o processo desde o início vê como as pressões foram feitas sobre os posseiros e como os padres foram tratados de maneira inusitada e ofensiva a toda a Igreja. Portanto, foi uma pressão tremenda sobre a Igreja, com vontade de humilhá-la". Dom Paulo disse que "impressionou muito" o fato de os padres franceses serem mantidos presos, "quando a prisão não é mantida contra todos os outros". Segundo o cardeal, impressiona também a existência de "tantos casos iguais a esses e que ainda não foram iniciados ou julgados", casos "que são muito mais graves e que foram perpetrados por donos de fazendas e que estão aí reclamando justiça no País". Segundo dom Paulo, são esses fatos todos que estão sendo anotados pela Igreja, "para que esse governo um dia também seja julgado". (FSP - 27/6/82)

NOTA DA DIRETORIA DO CIMI

A Diretoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), reunida em Goiás-Velho, analisou a condenação dos padres e posseiros do Araguaia, pela Justiça Militar de Belém, e chegou às seguintes conclusões: - A con-

~~dena~~ção quis intimidar a luta dos posseiros e trabalhadores sem terra por suas legítimas aspirações e direitos; - A condenação dos padres é uma condenação da Pastoral da Igreja e da sua opção preferencial pelos pobres; - O processo, iniciado com torturas dos lavradores e concluído num clima de repressão extensiva, comprovou, a nosso ver, a inocência dos posseiros e padres. Portanto, consideramos a condenação injusta; - A pretendida expulsão dos padres do país corresponde à expulsão de fato dos posseiros e índios das suas terras de trabalho. Por isso, a Diretoria do CIMI manifesta a mais veemente repulsa à condenação injusta dos posseiros e padres do Araguaia, tidos agora como prisioneiros políticos e quase como reféns contra a ação pastoral da Igreja. Repudiamos uma Justiça que favorece a ganância das grandes empresas agropecuárias e achamos urgente a extinção da Lei de Segurança Nacional. Na esperança de que os acontecimentos do Araguaia contribuam para a construção de uma sociedade mais fraterna e justa, renovamos aos presos, posseiros e padres, a nossa solidariedade. (DIRETORIA DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - 30/6/82)

POLÍTICA NACIONAL

A aprovação do último "pacote" governamental deveria ter consequências importantes para o futuro político do país. A matéria que publicamos esta semana pode contribuir para uma melhor compreensão da medida.

PARA ENTENDER O ÚLTIMO "PACOTE":

Através do "pacote" político-eleitoral aprovado anteontem no Congresso, os atuais detentores do poder jogam o que parece uma cartada decisiva para manter o controle do processo institucional, mesmo na hipótese de perderem, a partir de 1983, a maioria parlamentar de que hoje dispõem. A abertura política não transbordará os limites de mera liberalização do regime autoritário. Sobretudo, não comportará a rotatividade dos partidos no governo federal. Não, pelo menos, antes do fim da década. Está a intenção básica que se filtra das vinte e tantas modificações introduzidas pelo "pacote" na Constituição Federal. (FSP - 26/6/82)

MEDIDAS CONTRA RESISTÊNCIAS INTERNAS

Para contornar resistências do próprio PDS, as mudanças essenciais, que contemplam o projeto continuista da equipe governante, vieram adoçadas por algumas concessões. A maioria delas diz respeito aos poderes do Congresso: restabelecimento do poder de autoconvocação; reforço das imunidades parlamentares; aumento dos poderes de fiscalização do Executivo via pedidos de informação e Comissões de Inquérito; abrandamento do decurso de prazo (do qual o governo, entretanto, não abriu mão). Além disso, o aumento do número de cadeiras da Câmara (de 420 para 479). Esta é a cobertura no bolo. Por baixo dela, a massa preparada na cozinha institucional do Palácio do Planalto representa o prolongamento de uma série de medidas casuísticas cuja origem remonta às eleições de 1974, quando o governo e o País inteiro foram surpreendidos pelo crescimento da oposição, então representada pelo MDB. (FSP - 26/6/82)

UM POUCO DE HISTÓRIA

De que maneira, diante da inclinação oposicionista do eleitorado, manter as rédeas do poder sem deixar de legitimá-lo por meio de eleições? Em 1976, a Lei Falcão com vistas às eleições municipais. No ano seguinte, o "pacote" de abril, promulgado com o Congresso fechado, estendeu essa restrição às eleições estaduais, criou o senador "biônico", aumentou o mandato do próximo presidente da República de 4 para 6 anos e adaptou às conveniências do governo a composição dos colégios eleitorais indiretos para presidente e governador. Veio a extinção dos partidos em 1979, dando pretexto ao adiamento das eleições municipais de 1980. O abandono do bipartidarismo marca uma inflexão na estratégia eleitoral do Palácio do Planalto. Em vez de garantir maioria absoluta ao partido oficial no Congresso, a pulverização do voto oposicionista passa a ser a fórmula visada para enfrentar as eleições diretas de governador. Depois da rejeição da sublegenda pelo Congresso, a vinculação total de votos e a proibição de coligações pelo "pacote" de novembro de 1981 foi a duvidosa solução encontrada para beneficiar o PDS com o princípio do "divide e impera". Sete meses depois, o novo "pacote" que acaba de ser aprovado implica o reconhecimento de que, para preservar as chances da legenda governista nas eleições majoritárias, a vinculação de votos praticamente condenou-a a perder a maioria na Câmara dos Deputados. (FSP - 26/6/82)

A NOVA SITUAÇÃO

O "pacote" responde a essa nova situação em vários níveis. Primeiro, o aumento do número de deputados, concentrado nos pequenos Estados, tende a favorecer ligeiramente o PDS. Não é tão importante, porém, quanto a garantia de funcionamento dos pequenos partidos até 1986 mesmo que não alcancem o quórum de 5% do eleitorado nacional: o governo precisará dos pequenos para ter margem de negociação no futuro Congresso. A mudança na composição do colégio eleitoral indireto para presidente da República, favorecendo, mais uma vez, os pequenos Estados, deve garantir a sucessão do presidente Figueiredo por um homem de confiança dos atuais detentores do poder. Finalmente, a instituição do voto distrital misto para as eleições de 1986 abre a perspectiva de uma reversão do crescimento da bancada oposicionista no Congresso, hipótese em que os pequenos partidos poderiam desaparecer sem prejuízo para o governo. E o restabelecimento do quórum de 2/3 para a votação de emendas constitucionais deixa a oposição de mãos amarradas para, aproveitando-se de uma eventual maioria que venha a conquistar, anular todas as medidas anteriores. Não se pode negar que é uma fórmula engenhosa. Infelizmente, não se pode negar também que é uma fórmula que saca levianamente sobre o futuro do País, congelando-lhe as instituições políticas quando o equilíbrio das forças políticas nacionais caminha para uma mudança acentuada a partir das próximas eleições. (FSP - 26/6/82)

OUTRAS

A seleção seguia sua campanha para a conquista do tetra campeonato mundial na Espanha. O povo brasileiro se empolgava com os bailarinos do selecionado. Enquanto isso...

INFLAÇÃO DE 8% SÓ EM JUNHO

A inflação de junho foi de 8%, a maior nos últimos 16 meses. Pela primeira vez.

meira vez desde os 121,2% de março do ano passado, o índice anual volta a subir. Passou dos 91,2% em maio para 97,6%. A principal causa foi a alta de 9,3% no Índice de Preços por Atacado, influenciado pelo aumento dos produtos industriais, depois da criação do Finsocial. Em 1982, a inflação já é de 43,1%, mais alta que os 45,2% do primeiro semestre de 1981. Para que o índice deste ano fique nos 80% previstos em janeiro pelo Governo, não poderá passar de 22,4% no segundo semestre. (JB - 2/7/82)

CIGARRO SOFRE 34% DE AUMENTO

Os fumantes de Minister, Advance, Galaxy, Chesterfield, Pall Mall, Luiz XV, Colúmbia e Saint Moritz, cujos maços passam de Cr\$ 130 a Cr\$ 180 - um reajuste de 38,4% - serão os mais atingidos pelo aumento médio de 34% de todas as 11 categorias de cigarros que vigora a partir do dia 19. O Hollywood sobe 33%: passa de Cr\$ 120 a Cr\$ 160. (JB - 2/7/82)

NOVO AUMENTO DO ÔNIBUS E TÁXI

Pela terceira vez este ano, o preço das passagens dos ônibus urbanos do Rio vai ser aumentado, desta vez em 25% (reajuste médio). Começa a vigorar a partir da zero hora de sábado, e o percentual de reajuste acumulado este ano é de 59%. (De janeiro a junho, a inflação é estimada oficialmente em 45,7%). Dia 9 de julho, também estará mais cara a bandeirada dos aproximadamente 17 mil táxis da cidade: será reajustada em 47%, passando de Cr\$ 75 para Cr\$ 110. (JB - 1/7/82)

NO RIO: CUSTO DE VIDA SOBE 1,25%

O aumento nas passagens de ônibus urbanos no Rio deve representar uma elevação de 1,25% no índice de custo de vida do mês de julho. Segundo a estrutura de composição do custo de vida no Rio, definido pela Fundação Getúlio Vargas, em 1974, os gastos com ônibus pesam 5% nas despesas mensais dos consumidores cariocas - considerados na faixa até 5,4 salários mínimos (Cr\$ 89 mil 683). O índice do custo de vida é um dos três indicadores que entram na composição (30%) do índice geral de preços, que serve de medidor da inflação. O maior peso (60%) cabe ao índice de preços no atacado, enquanto o custo da construção civil no Município do Rio de Janeiro entra com os 10% restantes no cálculo da inflação. Os indicadores da FGV, no entanto, ainda estão longe de refletir o real impacto dos aumentos no bolso dos usuários, pois seu último levantamento sobre o assunto foi feito no final de 1973, quando o impacto da alta do petróleo sobre o óleo diesel apenas começava. (JB - 1/7/82)

TELEFONE: 15% MAIS CARO

As tarifas telefônicas urbanas e interurbanas estão custando, a partir de hoje, 15% a mais, segundo portaria ontem assinada pelo secretário-geral interino do Ministério das Comunicações. É o terceiro aumento do ano e o acumulado de janeiro a junho soma 53,5%. Em 1º de outubro, haverá nova majoração. A tarifa residencial das Capitais - serviço automático - custará Cr\$ 477,70 e, nos demais municípios, Cr\$ 417,10. A de serviço manual, com auxílio da telefonista, passou a Cr\$ 379,50; a ficha de prelhão para Cr\$ 8; e a tarifa básica do DDD foi aumentada para Cr\$ 111,50. A tarifa excedente aos 90 impulsos a que o usuário tem direito por mês custa Cr\$ 7,73. A Telebrás havia solicitado um aumento de 20% a 22%. Entretanto, para evitar pressões inflacionárias adicionais neste mês, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços resolveu fixá-lo em 15%. (JB - 1/7/82)

CARTA DO LEITOR

Estamos publicando a primeira "Carta do Leitor". Chegou a nos nas mãos quando o último "Aconteceu" estava sendo editado. Desta forma, a matéria não veio destinada especialmente para esta seção. De qualquer forma, a idéia é essa: publicar notícias vindas diretamente da fonte, com conhecimento da situação das áreas. A matéria enviada pela Prelazia de Itacoatiara desmente um importante fato sobre o problema vivido pelos Waimiri e Atroari, o que foi apresentado pela grande imprensa como um benefício a esses grupos. Envie-nos suas notícias.

DECRETO DE FIGUEIREDO: MAIS UM PASSO NO PROCESSO GENOCIDA CONTRA OS WAIMIRI E ATROARI

O Presidente da República interditou através do Decreto nº 86.629 (Diário Oficial de 25/11/81), "temporariamente" e para fins de atração e pacificação dos grupos indígenas Waimiri e Atroari, uma área localizada nos municípios de Novo Airão e Itapiranga (AM), e Caracaraí (RR). A Nação ficou imaginando que se tratava de um ato humanitário para garantir o território dos dois povos. Na verdade, trata-se de um decreto que ~~visa camuflar a liberação de 31% da reserva dos Waimiri e Atroari (área Nordeste)~~, para os interesses da empresa de mineração Paranapanema. O decreto presidencial faz retroagir a lei voltando a interditar o que já era reserva indígena decretada. Há evidentes segundas intenções, facilmente identificáveis. As ações contra o patrimônio destes índios não pretende restringir-se à área Nordeste já liberada. O que está em jogo de fato é que na área liberada pelo decreto, localiza-se a maior jazida de estanho encontrada em solo brasileiro, avaliada em torno de 3 bilhões de dólares. A Paranapanema, por outro lado, já é conhecida pela sua ação anti-índio, sempre acobertada pela Funai. Esta empresa, ciente da dificuldade que se antepõe na invasão de uma área indígena, preparou esquema para alcançar seus objetivos. Poucos meses antes do decreto, o dono da empresa, Otávio Lacombe, recepcionou um grupo de generais no Igarapé Preto, para convencê-los dos "bons serviços" que poderia prestar ao Brasil. Utilizou também de fatos consumados para se instalar na área: antes mesmo de obter a certidão negativa e de ser favorecida pelo Decreto Presidencial, instalou na área uma hidrelétrica própria e efetuou construções de alvenaria. Além disso foi favorecida por funcionário da Funai (Cel. Pagano, Hildegart Rick e Ney Fonseca) que fizeram estudo de limite de área favorável à Paranapanema. Os funcionários tinham uma missão a cumprir, uma missão pré-determinada onde fica evidente, pela maneira leviana com que a tarefa foi executada, o favoritismo à empresa. Os Waimiri e Atroari eram 3.000 em 1968 conforme dados oficiais. Sete meses depois, os dois povos estavam reduzidos a menos de 1.000 pessoas e nunca o governo justificou o desaparecimento dos 2/3 destes povos. Sabe-se que contra eles foram usadas armas de fogo, o abandono proposital em momentos de epidemias trazidas pela invasão branca e até aplicação criminosa de medicação. Acrescente-se ainda que ao Sul da Reserva indígena o Governo, com cooperação de capital francês, está construindo uma barragem para a futura hidrelétrica de Balbina, que inundará boa parte da Reserva. Para garantir o prosseguimento da construção da barragem e os interesses da mineradora Paranapanema, foi dado ao público o decreto de 23/11/81. Queremos deixar bem claro a todos quantos foram enganados com esse decreto presidencial, que ele não defende o território indígena, ao contrário; o decreto decepcionou, para os grandes, 31% da Reserva Indígena Waimiri e Atroari, já decretada em lei, transformando o que era terra inalienável dos índios, em "área interdita", isto é, que amanhã ou depois pode ser parcial ou totalmente alienada,

~~sem recursos e instrumentos legais. A paulatina mas inexorável liquida-~~
ção do território Waimiri e Atroari, não seria uma tentativa de varrê-
los sorrateiramente da face da terra para em definitivo ocultar os cri-
mes cometidos no silêncio da mata contra esses povos? (EQUIPE DE PASTO-
RAL INDIGENISTA - PRELAZIA DE ITACOATIARA - 6/1/82)

ÚLTIMA PÁGINA

"EXTREMA POBREZA" DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Metade das famílias brasileiras estão situadas "em nível de precária existência" ou de extrema pobreza, o que torna a realidade social do País, examinada sob esse aspecto, extremamente grave, conforme conclui estudo intitulado "A Estrutura Familiar e a Dinâmica do Emprego no Brasil", realizado pela Fipe-USP (Fundação Instituto de Pesquisa da Universidade de São Paulo). A pesquisa utilizou como amostragem um por cento do censo demográfico de 1970 para estabelecer um "índice de remuneração média familiar" - e classificar no limite do "nível precário da existência" - ou de extrema pobreza as famílias cujos membros ocupados percebam até 1/4 do salário mínimo regional. Foi adotada a unidade familiar como ponto de referência do estudo porque, na opinião dos pesquisadores, ela é elemento superior de análise da situação do indivíduo, altamente dependente dessa unidade social. A proporção elevada de famílias pobres no Brasil evidencia que o País não tem suficientes empregos ou boa remuneração para todos os membros de sua força de trabalho - diz o estudo -, acrescentando que no Nordeste a proporção de famílias pobres é de 63%, revelando severas dificuldades para alimentar, educar e prover saúde para todos seus membros. Nos moldes definidos pelo estudo, a pobreza brasileira está concentrada nas áreas rurais com um percentual de 68%, e a seriedade desse fato tem sido subestimado, especialmente ao se considerar o crescente deslocamento das famílias e o aumento do fenômeno "bóia-fria". Dentre as famílias pobres, 77% foram capazes de obter trabalho para todos os membros potencialmente ocupáveis, constituídos dos que já têm idade para trabalhar e dos que, embora ainda em idade escolar, não mais estudam. Os pesquisadores consideram grave o fato de que 23% das famílias pobres tenham dificuldades de obter emprego para seus membros porque isso reflete uma escassez real de empregos e representa uma grave subutilização da capacidade humana, especialmente dos que precisam trabalhar e ganhar mais. O estudo conclui ainda que a pobreza e família grande estão associados. Os dados pesquisados indicam que 39% das famílias pobres têm sete ou mais indivíduos; 11% têm mais de nove. Estas mesmas famílias têm maior probabilidade de sofrer desemprego e subemprego e também de serem forçadas a usar o trabalho da criança como estratégia de sobrevivência. As famílias "quebradas" ou onde apenas um dos pais está presente é muito comum na faixa da extrema pobreza e 20% das famílias urbanas pobres têm como cabeça a mulher. Esse tipo de família - diz o estudo - exerce pressão especialmente sobre crianças, já que 45% delas utilizam-se desse trabalho para aumentar a renda. A distribuição especial das famílias pobres é a seguinte no País: 41% no Nordeste, 33% no Sudeste, 18% no Sul, 5% no Centro-Oeste e 3% no Norte. (FSP - 27/6/82)